

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**O COMPUTADOR NO ENSINO FUNDAMENTAL:  
ESTUDO DE CASO NA ESCOLA JOÃO CORREA DE  
CANELA- RS**

**MONOGRAFIA DE PÓS - GRADUAÇÃO**

**SONI BEATRIS DE CASTILHOS**

**SANTA MARIA, RS, BRASIL  
2013**

# **O COMPUTADOR NO ENSINO FUNDAMENTAL: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA JOÃO CORRÊA DE CANELA - RS**

**SONI BEATRIS DE CASTILHOS**

Monografia apresentada ao Curso de Pós Graduação EAD Gestão Publicada  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial  
para obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública.

**Orientador:** Dr. Luis Felipe Dias Lopes

**SANTA MARIA, RS, BRASIL**

**2013**

## **Agradecimentos**

*Agradeço a Deus pela luz que me guiou na certeza da realização de meus objetivos.*

*Ao meu marido Lírío Benetti, pela compreensão tolerância e amor que me foi dedicado.*

*Aos meus filhos Gabriel e Daniel pelo carinho e paciência nos momentos em que não me fiz presente.*

*Aos meus pais que foram meu exemplo de luta e persistência garantindo-me uma vida digna e honesta.*

*Ao meu orientador Prof. Dr. Luis Felipe, pela disponibilidade, atenção e capacidade de colaboração.*

*A direção, professores, pais e alunos da Escola Estadual João Corrêa, que me auxiliaram nas pesquisas realizadas.*

*Pela dedicação da coordenação Milton Luiz Wittmann, docentes e tutores do curso, que nos proporcionaram esta caminhada no aperfeiçoamento do conhecimento.*

*Aos meus irmãos e amigos, sempre presentes, incentivando minha formação.*

*“Pode-se viver no mundo uma vida magnífica quando se sabe trabalhar e amar, trabalhar pelo que se ama e amar aquilo em que se trabalha.”*

## **RESUMO**

Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-graduação em Gestão Pública

### **O COMPUTADOR NO ENSINO FUNDAMENTAL: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA JOÃO CORRÊA DE CANELA - RS**

AUTORA: Soni Beatris de Castilhos  
ORIENTADOR: Dr. Luis Felipe dias Lopes  
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 18 de Janeiro de 2013.

Para oferecer uma educação significativa, formativa e inovadora, a instituição de ensino necessita de uma proposta curricular que vise os interesses de toda a comunidade escolar, voltada para o desenvolvimento das competências e habilidades e a formação de cidadãos participativos, autoconfiantes e conscientes de seu potencial. O presente trabalho fundamenta seu conteúdo nos Parâmetros Curriculares Nacionais, na Lei de Diretrizes e Bases, no que dizem alguns estudiosos do assunto e pesquisas realizadas em instituições de ensino. Atento a estes parâmetros, o presente estudo constitui-se em focar-se na informática como um instrumento auxiliar no processo ensino aprendizagem, abordando sua importância como um veículo para transformação e construção de novos conhecimentos, conforme orientações das leis que regem a educação brasileira. Igualmente, pretende estimular a prática educativa através do uso de recursos tecnológicos na aquisição do conhecimento e promover a construção de uma educação fundamentada de acordo com as necessidades do educando, contextualizando com sua realidade e as novas tecnologias e interação da comunidade. É importante salientar que os meios de informatização vieram para nos auxiliar, desmistificar, facilitar nosso trabalho, aprimorar nossos conhecimentos assim como muitas máquinas inventadas pelo homem, basta usá-las de forma correta e limitada. As políticas Públicas de educação têm dado bastante ênfase, ao longo dos últimos anos, à necessidade de informatizar as escolas e modificar práticas de ensino, basta que os nossos governantes e as pessoas envolvidas no processo ensino-aprendizagem, disponibilizem meios adequados e fortaleçam a educação em nosso país.

**Palavras-chave:** Educação; Tecnologia; Transformação.

## **ABSTRACT**

Universidade Federal de Santa Maria  
Centro De Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-graduação em Gestão Pública

### **COMPUTER IN ELEMENTARY EDUCATION: A CASE STUDY IN SCHOOL JOÃO CORRÊA DE CANELA – RS**

AUTHOR: Soni Beatris de Castilhos  
ADVISOR: Dr. Luis Dias Felipe Lopes  
DATE AND PLACE: Santa Maria, january, 18, 2013.

To provide a meaningful education, training and innovative, educational institution requires a curriculum aimed at the interests of the entire school community, focused on the development of skills and abilities and training of citizens participatory, self-confident and aware of their potential. This paper bases its content on the National Curriculum, the Law of Guidelines and Bases, in what some scholars of the subject and research in educational institutions. Aware of these parameters, the present study is in focus on information technology as a tool assisting in the learning process, addressing its importance as a vehicle for transformation and construction of new knowledge, as guidance laws governing education in Brazil. Also aims to stimulate educational practice through the use of technological resources in the acquisition of knowledge and promote the construction of an education grounded in accordance with the needs of the learner, with contextualizing your reality and new technology and community interaction. Importantly, the means of computerization came to assist us, demystify, facilitate our work, improve our knowledge as well as many machines invented by man, just use them correctly and limited. Public education policies have had an emphasis over the past few years, the need to computerize schools and change teaching practices, just that our rulers and people involved in the teaching-learning process, and make available appropriate means to strengthen education in our country.

**Keywords:** Education; Technology; Transformation

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 A IMPORTÂNCIA DO USO DO COMPUTADOR COMO INSTRUMENTO AUXILIAR NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM .....</b>	<b>11</b>
2.1 Novos parâmetros educacionais.....	13
2.2 O desenvolvimento educacional nos últimos anos .....	14
2.3 Uso da cibernética na educação institucional .....	20
<b>3 CURRÍCULO E OS PARÂMETROS EDUCACIONAIS.....</b>	<b>22</b>
3.1 O currículo e sua evolução .....	24
3.2 A transversalidade e o currículo .....	28
3.3 O preparo do docente em currículos emergentes.....	29
<b>4 A ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTO JUÃO CORRÊA .....</b>	<b>33</b>
4.1 Reflexões dos dados do estudo de caso na Escola Estadual João Correa Ca- nela RS.....	34
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>40</b>

# 1 INTRODUÇÃO

A escola atual necessita acompanhar as mudanças na sociedade. Neste sentido torna-se essencial que esta ofereça aos seus educandos uma educação de qualidade, capaz de suprir as necessidades, considerando seus interesses e garantindo aprendizagens significativas para a sua formação como cidadãos autônomos, críticos, participativos e capazes de atuar na resolução de possíveis problemas do seu cotidiano com responsabilidade e dignidade. Dentro destas perspectivas, faz-se necessário que a escola esteja reestruturada significativamente em seu contexto com relação às políticas públicas de ensino atuais, renovando e atualizando suas propostas curriculares e atualizando seu projeto político pedagógico.

As novas tecnologias de informação constituem-se um recurso inovador capaz de oferecer qualidade, diversidade e dar novos significados ao processo educacional, contudo pergunta-se se o corpo docente utiliza e aproveita essas tecnologias oferecidas? De acordo com esta proposta, faz-se necessário o comprometimento do professor em reestruturar significativamente o conteúdo a ser desenvolvido com os recursos que lhes são oferecidos através da informatização.

Considerando que as salas de informática já estão ao alcance de praticamente todas as escolas do país, não se discute mais se as escolas devem ou não utilizar computadores, pois a informática é uma inapelável realidade na vida social, ignorar esta nova tecnologia é fadar-se ao ostracismo. A questão atual é: como utilizar a informática de forma mais proveitosa e educativa possível?

Com o objetivo de analisar a realidade escolar visando a importância do uso da informatização, assim como redescobrir metodologias eficientes para facilitar o uso dos recursos já existentes, no presente trabalho foram questionados o diretor, os professores e os alunos, para conhecer a realidade institucional.

Superar este preconceito que ainda persiste em relação à máquina como processo educativo e elaborar o rol das principais necessidades pedagógicas na sala de aula poderão ser resolvidos com a ajuda de novas estruturas educacionais. Conforme Gryzybowski (1986) a educação é, antes de



tudo, desenvolvimento de potencialidades e a apropriação do "saber social", habilidades, atitudes e valores produzidos pelas classes sociais que permitirão uma maior percepção da realidade e que podem atender às suas necessidades e seus interesses.

Em face dessas concepções, é possível buscar na educação conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade que envolva a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais. Ao nos colocar diante desta realidade existencialista, nos deparamos com um mundo totalmente globalizado sendo levado para um liberalismo exacerbado, suscitando o senso crítico que a educação proporciona levando os educandos a interagir com maior profundidade na sociedade.

O mundo caminha a passos largos, diminuindo distâncias entre os seres, fato este que está levando os mesmos a uma contextualização do futuro. Neste contexto surge um novo paradigma educacional, que determina a escola como ambiente voltado para uma aprendizagem rica em recursos, possibilitando ao aluno a construção do conhecimento a partir de uma individualização estilística de aprendizagem, que tem na figura do professor, não um mero transmissor do conhecimento, mas um orientador, um mediador, como co-parceiro do aluno, buscando e interpretando de forma crítica as informações. Este mesmo professor passa a contar com o desenvolvimento tecnológico, levando-o a um novo centro de referência educacional, transformando o saber ensinar em saber aprender, preparando novas gerações para uma nova forma de pensar, trabalhar e a ressignificar o contexto de aprendizagem.

Considerando o uso da informática como um instrumento auxiliar no processo ensino aprendizagem, o presente trabalho aborda a importância da mesma como um veículo para transformação e construção de novos conhecimentos, conforme orientações das leis que regem a educação brasileira. Outrossim, pretende estimular a prática educativa através do uso de recursos tecnológicos na aquisição do conhecimento e promover a construção de uma educação fundamentada de acordo com as necessidades do educando, contextualizando com sua realidade e as novas tecnologias e interação da comunidade.

## **2 A IMPORTÂNCIA DO USO DO COMPUTADOR COMO INSTRUMENTO AUXILIAR NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM**

Segundo Lemos (2002) computadores nada mais são do que máquinas que possuem procedimentos pré-definidos, que sozinhos não possuem autonomia e poder de decisão e só se tornam com mil e uma utilidades quando com a ajuda de um bom operador, ressaltando que o computador é um meio, não um fim.

A introdução do computador no ambiente escolar é hoje uma necessidade para o crescimento de uma pedagogia inovadora, assentada na susceptibilidade de educadores propensos a didáticas renovadas (LEMOS, 2002).

Quando a sociedade depara-se com uma tecnologia tão avançada, é estimulada a forçar uma nova realidade, contudo, é fundamental que se parta do princípio de que o novo deve ser empregado exclusivamente para facilitar, reforçar ou motivar o estudo das disciplinas curriculares, para depois com conhecimento de causa passar a selecionar programas didáticos e criar programas pedagógicos baseados nas experiências pedagógicas. Ao educador cabe, conscientizar-se da importância do seu papel, ciente de que não é ele quem deve indicar o que é próprio de cada educando, mas sim estar constantemente atento para o surgimento do poder próprio de cada um. O educador deve estar atento e levar em conta que cada tecnologia modifica algumas dimensões de nossas inter-relações com o mundo, desde a percepção da realidade à interação com o tempo e o espaço (CASTELLS, 2003).

Castro (1988) afirma que ao se apropriar deste conhecimento tecnológico, a sociedade se defronta com uma democratização do acesso a educação, que dará ao educador “aprendiz”, uma nova concepção na construção de seu conhecimento, lembrando que tecnologia computadorizada não se resume em *hardware* e *software*, mas sim em saber empregá-los numa realidade pedagógica existencial.

O educando é antes de tudo o fim, para quem se aplica o desenvolvimento das práticas educativas, levando-o a se inteirar e construir seu conhecimento, através da interatividade com o ambiente. O educando é o participante ativo deste processo de aprendizagem, interagindo e tendo um senso de posse dos objetivos do aprendizado (CHRISTENSEN, 2012).

A informática oportuniza as escolas uma renovação para trabalhar os conteúdos programáticos, propiciando ao educando, eficiência na construção do conhecimento, convertendo a aula num espaço real de interação, de troca de resultados, adaptando os dados à realidade do educando.

As Instituições escolares em sua grande maioria ainda encontram-se despreparadas para lidar com a inclusão digital. Hoje se fala também de inclusão digital, que surgiu para que muitas pessoas tivessem oportunidades de terem acesso ao mundo digital e melhorar suas condições de vida e da comunidade na qual estão inseridas.

Na educação a inclusão digital consiste na utilização dos recursos tecnológicos, propiciados pela informática, como um instrumento auxiliar da educação.

Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor desde 1996, já preconizar a necessidade da “alfabetização digital” em todos os níveis de ensino, do fundamental ao superior, sabe-se que ainda existem escolas sem acesso à internet, com computadores ultrapassados e inclusive problemas com energia elétrica. Felizmente, nos últimos anos, esse quadro está mudando através de iniciativas governamentais a nível federal, estadual e municipal, além também de apoio da iniciativa privada. Deve-se considerar também, que a exclusão digital nas escolas brasileiras ainda é grande, assim como a social

A inclusão digital é um meio de que a sociedade possa ter conhecimento mínimo para fazer uso adequado das tecnologias de informação e comunicação, tendo recursos físicos como computador e acesso a internet. Afirmado que, as atuais tecnologias de informática facilitam a vida do aluno, preparando-o para o mercado de trabalho, assim como também a metodologia adotada pelos profissionais de educação, o computador e o acesso a internet tornam-se peça fundamental em todos os ambientes de trabalho educacional, desde que usado cautelosamente (FERRETI, 1994).

## 2.1 Novos parâmetros educacionais

A informática na educação torna-se um importante instrumento pedagógico, quando voltado ao desempenho global da escola, de seus professores e alunos, cabe legitimar no que se refere à Lei de Diretrizes e Bases, art36, Seção I da Lei Federal n.9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que orientam:

... destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício de cidadania (LDB, p. 29.)

Considerando que a educação tecnológica deve fazer parte do currículo escolar, se faz necessário definir todas as pretensões da escola em sua proposta política pedagógica, cabendo à gestão escolar e sua equipe administrativa, a melhor forma de planejar para suprir as necessidades da instituição de ensino

Porém torna-se importante lembrar o que diz os parâmetros curriculares nacionais:

... há outros componentes que vem se juntar a escola nessa tarefa: a sociedade responsável pelo processo como um todo mas os padrões de comportamento da família e as informações veiculadas pela mídia exercem especial influência sobre as crianças. (PCN, v. 9, p. 29)

Pensando nesta realidade, deve-se trazer as experiências extra-escolares para dentro da escola. Estas informações deverão ser exploradas nos trabalhos propostos onde os educandos possam relacionar e aprofundar seus conhecimentos através da pesquisa e diálogo com os demais colegas, desenvolvendo uma postura crítica diante das informações.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais:

há valores e atitudes que dizem respeito aos conteúdos específicos das diferentes áreas e outros estão presentes no convívio social, mais amplo que ocorre na escola, como é o caso do respeito às diferenças étnicas culturais entre as pessoas da escola do diálogo, para esclarecer conflitos, do cuidado com o espaço escolar e no próprio exercício do papel de estudante. (Parâmetros Curriculares Nacionais, MEC/SEF, 1997, p. 43-44).

A escola deve ser um lugar onde o educando encontre possibilidades para instrumentalizar-se, a fim de que realize seus projetos, para tanto, a qualidade do ensino é condição essencial para a sua formação moral.

## **2.2 O desenvolvimento educacional nos últimos anos**

Sobre o desenvolvimento educacional brasileiro nos últimos anos, é preciso analisar a conjuntura da política educacional e os reflexos das contradições inerentes a cada governo, com seus erros e acertos, transformações, repressões, ausências políticas e falta de assistência.

Ferreti (1994) define que nos últimos anos, a educação vem sendo centralizada em larga escala e com foco no rendimento do aluno e no desempenho dos sistemas de ensino. As avaliações dos desempenhos de aprendizagem do sistema público de educação têm gerado polêmicas devido aos seus resultados insatisfatórios nos mais diferentes espaços e, sobretudo na mídia, acerca das políticas públicas e da gestão educacional.

A crise do sistema educacional brasileiro no âmbito pelo qual o desempenho das escolas e professores, de um lado, como fator de aprendizado insatisfatório dos alunos. De outro lado, esse desempenho é dimensionado pela qualidade a ser ativada pela formação e os preparos profissionais através de mecanismos, incentivos e novas tecnologias que estimulam a aprendizagem (FERRETI, 1994).

Seria impossível imaginar uma sala de aula sem o quadro ou uma pesquisa escolar feita sem uma enciclopédia. Muito menos, que esses instrumentos consagrados fossem substituídos por modernas lousas digitais e inúmeras obras virtuais disponíveis na internet, contudo esta realidade já existe em nosso país com a presença da tecnologia na educação avança a cada dia.

A complexidade da organização social gerou a necessidade de estruturar o conhecimento gerado pelo povo, visando sua codificação e organização. Pode-se frisar que a tecnologia vem promovendo a utilização da informática no âmbito da educação há mais de 30 anos. Às vezes, fazendo uma comparação entre dois imãs, se produz uma intensa atração mútua, embora o mais freqüente seja que se afastem. Contudo, percebe-se que as

escolas resistem intrinsecamente às mudanças, embora novas tecnologias abrem a possibilidade de uma mudança fundamental. Para superar essa resistência exige duas coisas: uma visão que faça sentido e pessoas que promovam essa visão com um grau incomum de persistência (GATES, 1995).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, em vigor desde dezembro de 1996, regulamenta, de forma abrangente, o ensino brasileiro. Ela propõe mudanças às quais os profissionais da educação terão que se adequar e, em função das mudanças serem diversas. A presente lei tem por finalidade proporcionar aos educandos a formação necessária para o desenvolvimento de suas potencialidades, possibilitando a construção de seus conhecimentos preparando para o exercício consciente da cidadania, conforme fica explicitado no artigo 2º:

... a educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB, 1996, p. 8).

A Lei de Diretrizes e Bases propõe que a educação necessita estar vinculada a diferentes metodologias adequadas à realidade dos educandos, pois desde o início dos tempos o homem vive em sociedade, com diversidades culturais e como consequência o crescimento da educação.

Esta deve oferecer aos educandos possibilidades para atuação no mercado de trabalho, integrar-se aos acontecimentos locais, globais e as novas propostas tecnológicas, pois o homem um ser inteligente tem condições de transformar determinadas circunstâncias conforme suas necessidades, consolidando suas experiências com as novas informações, transformando-as em aprendizagens.

De acordo com o artigo 1º da lei de Diretrizes e Bases da Educação:

... a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas suas manifestações culturais. (LDB, 1996, p. 7).

Entende-se que a lei que regula e consolida a educação no país explicita que a educação se dá em todos os momentos das pessoas, não se restringindo aos “muros” da escola, formando cidadãos capazes de

compreender os direitos e deveres de cada um, com condições de avaliar os governantes assim como poder ser a pessoa que governa.

Tendo em vista que se deve preparar os educandos para administrar com eficiência os recursos científicos dispensados ao homem moderno, a educação deve ser assegurada para todos.

Abordando alguns princípios propostos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação no artigo 3º: temos;

“[...] liberdade de aprender e ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço a tolerância; gratuidade de ensino público em estabelecimentos oficiais; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; valorização profissional da educação; gestão democrática do ensino público na forma dessa lei e da legislação dos sistemas de ensino; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.”

Verifica-se uma atitude louvável por parte dos legisladores que procuraram criar princípios que correspondam às expectativas atuais, considerando a autonomia do indivíduo, porém responsabilizando o Estado atender às necessidades dos educandos.

A Lei propõe autonomia, flexibilidade, porém para que a liberdade enfatizada na presente Lei possa existir, faz-se necessário criar condições para efetivação da mesma em nossa realidade escolar.

Outro fator importante é verificar a viabilidade da Lei em garantir a qualidade educativa. Como o Brasil é um país multicultural torna-se importante valorizar as experiências de vida dos educandos, dando ênfase às diversidades culturais. No momento de elaboração do Projeto-Político-Pedagógico da escola, é oferecida a autonomia pedagógica, administrativa e financeira. Sendo que em contrapartida, os professores, juntamente com toda comunidade escolar, elaboraram e executam a proposta de ensino, conforme encontramos no artigo 12 (LDB), que estabelece como incumbência dos estabelecimentos de ensino: “elaborar e executar a proposta pedagógica”, e os professores: “participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” (Lei 9394/96, art. 12).

Neste sentido, percebe-se que tanto a instituição de ensino, como os educadores estão comprometidos com a construção do Projeto-Político-Pedagógico, tendo este que estar de acordo com as reais expectativas da

comunidade escolar. Os Estados e os Municípios elaboram e executam as políticas e planos educacionais respeitando as diretrizes e planos nacionais. Os estabelecimentos de ensino deverão elaborar e executar sua proposta pedagógica e os educadores devem participar do processo de elaboração da mesma, assim como da verificação das metas estabelecidas. Desta maneira, verifica-se que hoje, mais do que nunca, surge a necessidade de repensar conscientemente a educação através de uma reflexão profunda, para que possa atingir as finalidades propostas para a educação conforme verifica-se a seguir:

... a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em seus estudos posteriores (Lei 9394, art. 22).

Neste sentido, verifica-se que todos os educandos devem ter uma formação comum, possibilitando que possam adquirir conhecimentos necessários para participar com igualdade e competência na sociedade onde vivem independentes da região onde os mesmos se encontram.

A Lei atual garante ensino obrigatório e gratuito no ensino fundamental, com duração mínima de nove anos, na escola pública e terá por objetivos a formação básica do cidadão. Esse direito vale inclusive para os que não tiveram oportunidade na idade adequada. Neste aspecto os Estados e os Municípios têm responsabilidade com o atendimento através de programas suplementares, tais como material didático, transporte, alimentação, assistência à saúde. Infelizmente, este apoio não está acontecendo de forma correta em nossa realidade escolar. Considerando que a lei possui uma carência para ser efetivada, acredita-se que a realidade idealizada pela Lei possa fazer parte de nossa realidade em curto espaço de tempo.

Pode-se verificar que a lei oferece certa flexibilidade para os sistemas de ensino reestruturar sua proposta pedagógica, porém, conforme se verifica no artigo 26 (LDB):

... os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.



Analisando essas colocações, destaca-se que não basta os currículos se preocuparem com as matérias clássicas, mas também deve existir a preocupação de oferecer conteúdos curriculares capazes de difundir valores que ajudem o indivíduo a participar com dignidade da sociedade, que os educados saibam de seus direitos e deveres como cidadãos, respeitando o próximo e as liberdades democráticas, para que haja ética e participação democrática.

Considerando as individualidades e as condições de escolaridade de cada educando, ele deve ter orientação para ingressar no mundo do trabalho, ter acesso ao desporto educacional e incentivo às práticas desportivas, mesmo que estas sejam informais.

Neste contexto, os conteúdos devem estar integrados à realidade, quando a lei refere-se à população rural, propõe que a educação deva se adequar às particularidades da vida rural de cada região, oferecendo conteúdos que estejam adequados aos interesses e necessidades dos alunos. Quanto ao calendário, cabe à instituição escolar escolher os períodos em que deverão ocorrer, no caso particular das populações rurais, preferencialmente, que esteja de acordo com as fases do ciclo agrícola e com as condições climáticas favoráveis ao trabalho na zona rural. Os currículos, neste sentido, devem proporcionar aos alunos conhecimentos comuns, devendo adaptar-se à realidade local e oferecer certa flexibilidade no que se refere às inovações tecnológicas, para que esta esteja de acordo com as reais expectativas dos educandos.

As transformações são necessárias e devem estar vinculadas com o desenvolvimento da humanidade, tendo em vista que se deve originar uma nova sociedade que seja capaz de reivindicar e não ser dominada, mudando a estrutura social.

Dentro das expectativas de transformações sociais, devem-se aproveitar as inovações que a lei propõe para dar ênfase às questões educacionais, relacionando-as com as necessidades atuais.

A lei em vigor não indica de maneira objetiva os caminhos a serem traçados para haver de fato as transformações necessárias na área educativa, porém ela não impede que os profissionais da educação, assim como os estabelecimentos de ensino, o façam.

Para que se possa usar a lei no sentido de criar estratégias para viabilizar as mudanças que devem acontecer na educação, assim como na sociedade brasileira, deve-se transpor os limites da conjuntura atual. Outrossim, deve-se estimular análises da filosofia que perpassa as palavras, as diretrizes educacionais que proporcionam flexibilidade e que apontam caminhos para a educação, vislumbrando potencialidades e permitindo avanços inovadores a partir da valorização da transformação social.

Deve-se, contudo, fazer uma análise consciente e histórica de forma a considerar que a instituição escolar trabalha vinculada, aos interesses da sociedade, da política e, em consequência, aos interesses econômicos e esses interesses podem representar as aspirações de uma minoria e, por vezes, não estar vinculada às expectativas da maioria.

Para melhor compreensão das mudanças propostas à educação no mundo de hoje, considerando que estas podem mudar o futuro do país, faz-se necessário uma análise do contexto sociocultural, econômico e político para que desta maneira possa-se entender os valores e as ideologias que se deseja transmitir aos educandos.

Comparando-se a atual LDB com as leis educacionais anteriores, verifica-se a preocupação da nova Lei em oferecer um ensino de qualidade, voltado à realidade do educando, possibilitando-lhe uma formação adequada às necessidades atuais e às exigências do mercado de trabalho, numa sociedade marcada pela globalização e competitividade.

### **2.3 Uso da cibernética na educação institucional**

As tecnologias chegaram às escolas ocasionando mudanças na educação presencial e à distância, apesar de algumas instituições apresentarem resistência, as pressões pelas mudanças são cada vez mais fortes. Segundo as últimas pesquisas realizadas pelo IBGE 70% dos jovens tem acesso a internet. Há uma década, apenas 3,5% das escolas de ensino básico tinham acesso à internet. Esse quadro está mudando através das iniciativas governamentais a nível federal, estadual e municipal (LEMOS, 2002).

O Ministério da Educação (MEC), segundo informações contidas no site da UNESCO, tem como meta universalizar os laboratórios de informática em todas as escolas públicas incluindo as rurais. A UNESCO coopera com o programa TV escola para explorar a convergência das mídias digitais na ampliação da interatividade dos conteúdos televisionados utilizados no ensino presencial e a distância (MEC/BIRD, 1996).

O MEC também traçou medidas, para estabelecer a política da informática no setor da educação, da cultura e desporto (PCN/MEC, 1992).

Segundo Castro (1998) os avanços na educação à distância com a LDB e a Internet estão sendo notáveis. A internet tirou da educação à distância o ar de isolamento, de atraso, de ensino de segunda classe. A interconectividade que a internet e as redes sociais digitais desenvolveram nos últimos anos está revolucionando a forma de ensinar e aprender. Com isso, torna-se emergente a capacitação de professores para os novos modelos de ensino.

Moran (2009) aponta algumas dificuldades relacionadas à implantação no que se refere às novas tecnologias nas instituições de ensino, segundo ele, a escola é uma instituição mais tradicional que inovadora, a cultura escolar tem resistido bravamente às transformações. Os modelos de ensino focados no professor continuam predominantes, apesar dos avanços teóricos em busca de mudança do foco do ensino para o de aprendizagem.

Os estudos em rede já fazem parte do cotidiano escolar e que quanto maior o número de pessoas ligadas em rede, maior será a amplitude de conhecimentos. Nesse sentido, os efeitos dos estudos das comunidades virtuais abrem novas dimensões ao exercício intelectual as quais os educandos são incentivados a desenvolver rapidez de raciocínio para dar respostas online diante dos demais colegas virtuais. Outro fato positivo é que as redes incentivam o trabalho em equipe, pois aprender a produzir em rede já faz parte da educação do século XXI. Para desenvolver essa proposta de ensino, os professores dispõem de uma hora dia para tirar as dúvidas de seus alunos, realizarem debates online e trocam experiências. Felizmente, há escolas em nosso país que já se utilizam destes métodos modernos de aprendizagem, interativos e facilitadores do conhecimento. Em contrapartida, ainda temos escolas sem acesso a internet, carência de profissionais e laboratórios desestrurados (MORAN, 2009)

### 3 O CURRÍCULO E OS PARÂMETROS EDUCACIONAIS

Através das interações sociais, os homens adquirem cultura, aprendem uns com os outros, sendo sujeitos-históricos capazes de aprendizagens, constroem várias habilidades, pois são capazes de agir e entender as problemáticas do mundo (DEMO, 1995).

Neste sentido, os homens, através da educação, devem adquirir aprendizagens para que possam enfrentar os desafios propostos pela sociedade e pela vida cotidiana. Porém, nossa realidade educativa, muitas vezes, não corresponde às expectativas atuais, pois ela mantém estruturas que há muito tempo não condizem com as reais necessidades da atualidade.

As exigências para os cidadãos que irão atuar no mundo contemporâneo criaram novas expectativas para a educação, pois cada vez mais se exige que esta seja de qualidade para que possa auxiliar os homens a construir conhecimentos, habilidades, atitudes críticas e criativas, a fim de que possam atualizar seus conhecimentos (LEMOS, 2002).

Para formar cidadãos autônomos, com competência ética e política, faz-se necessário que estes tenham capacidade de manejar e criar novos conhecimentos, questionando e intervindo na realidade, produzindo mudanças qualitativas para si e para os demais.

Devido a esses fatores, a questão curricular ganha ênfase, principalmente, pela dificuldade que os educadores, pois estes precisam:

... enfrentar a maioria dos desafios que a educação tem lhes colocado nos dias de hoje. Esses desafios vão desde responder as questões práticas sobre que atividade propor aos alunos daqui a alguns dias, como responder a questões amplas do tipo o que significa promover a formação integral do cidadão? (SIGNORELLI, 1997, p. 8).

Realmente são muitos os questionamentos a serem esclarecidos para que se possa oferecer uma educação de qualidade. Para isso, faz-se necessário refletir sobre que educação deve-se oferecer para os educandos frente às perspectivas atuais.

Neste sentido é de suma importância fazer a análise do currículo, situá-lo em uma determinada realidade. Conforme aborda Signorelli, 1997, a proposta curricular provém de um projeto social cultural baseado em um modelo de

sociedade e de cidadãos que se deseja formar, podendo dizer, então, que a educação tem função socializadora. Assim, uma nova abordagem curricular, não significa apenas mudar a aprendizagem, mas dar ênfase à forma de ensinar e aprender, que deverão estar interligadas.

Neste sentido, Demo (1995) confirma com suas colocações que o processo educativo não realiza o fim da educação, que é emancipação de sujeitos históricos capazes de construir seu próprio projeto, moderno e com possibilidade de desenvolvimento.

O currículo deve auxiliar na produção de novos conhecimentos e que estes tornem possível relacioná-lo com a realidade, para que se possa, através do mesmo, dominar informações e novos instrumentos, visando à autonomia construtiva, através de matérias curriculares condizentes com a realidade.

Para Demo (1995, p. 224) “a prática deve tornar-se curricular, por exigência teórica também, assim como toda prática precisa ser teorizada”, ou seja, as matérias curriculares apesar de ter um suporte teórico devem estar relacionadas com a prática, isto é, com a vida cotidiana, com fatos sociais, para que seja possível a construção e atualização dos conhecimentos. Para isso, as matérias curriculares devem proporcionar pesquisa através da interação, possibilitando a globalização de saberes pertinentes às expectativas contemporâneas.

Acredita-se que de através de um currículo integrado aos acontecimentos sociais e à realidade local e global, possa-se resgatar o compromisso com a qualidade educativa. Neste aspecto, a proposta da transversalidade no currículo visa propor uma prática educativa entre aprender conhecimentos sistematizados e as problemáticas da vida real e de sua transformação. Para isso, exige-se uma estruturação na organização do currículo, garantindo coerência e comprometimento através da continuidade da proposta de trabalho.

Nessa perspectiva, foram propostos os temas transversais, que são relacionados à ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e orientação sexual, que já foram enfatizados no capítulo anterior. Não serão criadas novas áreas ou disciplinas para abordar essas temáticas no currículo, estes deverão ser incorporados às áreas já existentes na estrutura curricular, conforme o Projeto-Político-Pedagógico da instituição escolar (BUSQUETS, 1999).

Como estas temáticas são relativas às questões sociais, pode-se dizer que estas:

... devem ser o eixo em torno do qual deve girar a temática das áreas curriculares, que adquirem assim, tanto para o corpo docente como para os alunos, o valor de instrumentos necessários para a obtenção das finalidades desejadas (BUSQUETS, 1999, p. 37).

Assim, a aprendizagem nas diferentes disciplinas destina-se a oferecer suporte para atingir várias finalidades, tais como oferecer desenvolvimento adequado aos educandos, para que estes, através de uma educação integral, tenham possibilidade de compreender e atuar frente aos problemas que o mundo impõe aos cidadãos, tentando sobreviver de forma digna e harmônica com seus semelhantes.

### **3.1 O currículo e sua evolução**

Para a abordagem da conceituação de currículo em educação, devem-se situar o momento histórico e verificar qual a concepção de homem, de sociedade e de mundo. Sabendo que o conhecimento é um processo social, deseja-se formar cidadãos capazes de atuar em uma sociedade que deve ser democrática, no entanto, esta sociedade é marcada pela competitividade e muitas vezes pela discriminação.

Vários foram os estudiosos que se dispuseram a conceituar o currículo, neste sentido serão expostas algumas conceituações para que se possa ter uma visão da finalidade do mesmo enquanto documento norteador da educação.

Nesta abordagem curricular, este será explicitado no sentido de possibilitar a construção de experiências, para que seja viável o desenvolvimento de habilidades. Para isso, torna-se interessante resgatar a conceituação Caswel e Campbell (1935 apud Traldi 1987, p. 34), quando indicam que: “o currículo é tudo o que acontece na vida da criança, na de seus pais e de seus professores [...] tudo que rodeia o educando serão parte e responsabilidade do currículo”.

Conforme explicitado, é dada ênfase à importância de relacionar a vida ao meio ambiente na construção do currículo, porém, certamente, há outros

fatores importantes que são relevantes na elaboração do currículo conforme habilidades que se deseja desenvolver. Neste aspecto “um currículo é aquele que emerge através da ação e interação dos participantes; ele não é estabelecido antecipadamente (a não ser em termos amplos e gerais)” (COLL, 1993, p. 178).

Entende-se que o currículo deve estar vinculado aos objetivos a serem alcançados com determinado grupo, para que estes possam interagir e seu aprendizado seja interiorizado, pois a aprendizagem deve ser abordada de forma prática, de uma forma concreta, que deverá ser alterada conforme as circunstâncias, podendo sofrer constantes alterações impostas pela necessidade e interesses do momento (DOLL, 1997).

Dentro destas perspectivas:

... o conhecimento que é levado para os currículos escolares é, pois, socialmente moldado desde o início. Nossas ideias “naturais” sobre o que constituem “habilidades básicas”, quais são as áreas “centrais” do conhecimento, quais são as fronteiras no mapa do conhecimento, são todas produtos de uma complexa política moldada pela distribuição mais ampla do poder social (SILVA, 1995, p. 16).

Torna-se óbvio que a estrutura social impõe qual conhecimento deve ser produzido e como este deve ser organizado. Neste aspecto o currículo tem efeitos sociais, pois uma minoria da sociedade sistematiza como o conhecimento deve ser organizado e transmitido.

Outro agravante é a forma pela qual a estrutura curricular foi concebida, já que se originou da cultura europeia, tornando-se nossa herança cultural. Desta forma, nosso currículo atualmente dá ênfase às ciências clássicas:

... como Matemática, Física, Química, Biologia, Língua, Literatura, História, Geografia, Filosofia, Artes [...] isto é, aquelas que giram em torno de temáticas que podemos qualificar de milenares (BUSQUETS, 1999, p. 25).

Os homens têm recebido esse tipo de saber a muitíssimos anos. Se fizermos uma análise destas disciplinas, percebe-se que a origem de nossa estrutura curricular está refletida no chamado pensamento ocidental, que provém de interesses intelectuais dos pensadores da Grécia Clássica, pois estes decidiam sobre o aprendizado que deveria ser desenvolvido, Estes pensadores gregos se dedicavam a questões distantes da realidade cotidiana,

onde as mulheres e escravos não participavam da chamada 'Democracia', pois esta era privilégio de poucos. Os trabalhos manuais também eram menosprezados, refletindo na educação, que se distanciou da realidade (BUSQUETS, 1999).

Confirmando os estudos de Busquets (1999), fica evidente que nossas instituições sociais e políticas e nosso idioma estão relacionados a questões históricas, que são relativas a acontecimentos ocorridos há séculos, que foram dando forma e caracterizando o presente. Portanto, as áreas curriculares tratam de assuntos pertinentes e interesses intelectuais e sociais de muitos anos atrás, que se tornaram instrumento de poder.

Por isso, antes de abordar o currículo deve-se ter em mente que:

... a produção dos currículos escolares é apenas uma parte dessa circulação e seleção. Um fascinante ramo de pesquisa histórica, tem traçado a criação de matérias escolares, tais como Geografia e Inglês, ao longo de um complexo caminho que passa por levantamento opiniões, comissões curriculares, empreendedores, acadêmicos e burocracias" (SILVA, 1995, p. 15).

Frente a esta realidade, objetiva-se oferecer subsídios para que o currículo seja desvinculado de seus vínculos com o passado ou com as expectativas de alguns privilegiados e possa-se construir um currículo integrado com as expectativas de desenvolvimento do ser humano, vindo ao encontro das aspirações da demanda social, porém que seja para o bem estar de todos, embasado nas experiências de vida através de atividades interativas e significativas.

Traldi (1977), com seu embasamento teórico fundamentado em várias definições de currículo de diversos autores, conceitua currículo da seguinte maneira:

... sendo o currículo comprometido como todas as experiências organizadas e supervisionadas pela escola e pelas quais, portanto, esta assume que sejam mais significativas para o desenvolvimento e formação máximos completos e harmoniosos da personalidade integral do educando (permitindo-lhe alcançar a auto-realização) ao mesmo tempo em que estejam em harmonia com as necessidades da sociedade e com os fins mais elevados da humanidade em geral (Traldi, 1977, p. 41).

Com a conceituação de Traldi (1977), percebe-se que o currículo pode e deve estar integrado com as perspectivas sociais, mas que seja para o



desenvolvimento de toda a sociedade, promovendo uma educação mais justa, vislumbrando uma sociedade democrática para todos.

Deste modo, surge a necessidade da elaboração de um currículo que prestigie a formação integral, observando as possibilidades e os interesses, os quais devem estar redimensionados à realidade de cada local ou região. Coll (1996, p. 45), que foi consultor na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, coloca sua concepção de currículo:

... entendemos por currículo como projeto que preside as atividades educacionais escolares, define suas intenções e proporcionam guias de ação adequadas e úteis para os professores, que são diretamente responsáveis pela sua execução. Para isso, o currículo: como ensinar, o que, como e quando avaliar.

O autor ao definir o currículo, soube contemplar de maneira precisa e objetiva que se devem ensinar conteúdos, mas que estes desenvolvam habilidades, dando ênfase à maneira de ensinar, à metodologia que deve ser aplicada para que haja ensino aprendizagem, à questão da avaliação onde devem verificar os objetivos a serem alcançados e observando quando deve ser feita esta avaliação.

O currículo tem valor preponderante na educação, pois este deve, além de estar integrado à realidade sócio-histórico-cultural, deve também promover conhecimentos científicos. Estes saberes devem ser significativos para que tenham utilidade para o educando intervir na sua realidade, já que o conhecimento é um processo social, devendo corresponder às expectativas a que se propõe que é de promover o desenvolvimento dos educandos a fim de que estes possam adquirir conhecimentos necessários para poder recriá-los conforme seu interesse.

### **3.2 A transversalidade do currículo**

O nosso sistema educativo propõe aos currículos a abordagem de algumas técnicas ou conteúdos relacionados a problemáticas sociais. Essas matérias visam estruturar o currículo através da transversalidade, referindo-se a sua posição no currículo, cujos “temas transversais aludem, pois uma forma de entender o tratamento de determinados conteúdos educativos que não

fazem parte das disciplinas ou áreas clássicas do saber e da cultura” (RAMOS, 1998, p. 21).

Por isso, a introdução dos temas transversais no currículo escolar torna-se um grande desafio para o sistema educativo atual, pois sua abordagem enfatiza a necessidade de educar para a vida tendo como base as ações do cotidiano.

Pensando nesta nova maneira de ver a educação, a estrutura curricular pressupõe novos paradigmas com a inclusão dos temas transversais, pois estes devem impregnar as práticas pedagógicas, fazendo parte das diferentes áreas do conhecimento. Através das propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os legisladores apontam as potencialidades de inserir tais temáticas no currículo, por se tratar de assuntos educativos que desenvolvem valores morais (RAMOS, 1998, p. 26).

O currículo não pode ser rígido. Ele deve ser flexível para deixar-se impregnar de temáticas que favoreçam o desenvolvimento de valores primordiais aos educandos, para que estes possam desenvolver seu projeto de vida com dignidade e segurança (RAMOS, 1998).

O autor ainda comenta que a integração dos temas transversais no currículo visa formar cidadãos responsáveis, conscientes de seus direitos e deveres, através de conteúdos relacionados a vida. Os educandos precisam aprender a fazer uma leitura crítica da realidade com possibilidade de transformá-la, possuindo valores e atitudes que auxiliem na construção de uma sociedade fraterna, em exclusões.

### 3.3 O preparo do docente em currículos emergentes

Considerando que o sistema educativo deve proporcionar a seus educandos que se transformem em cidadãos capazes de atuar na sociedade com dignidade e competência e que sejam capazes de exercer a cidadania, surge a necessidade de uma análise para a concretização de tais metas, pois a instituição escolar está desconectada com a realidade e com as aspirações de quem faz parte dela (DEMO, 1995).

Neste sentido deve-se viabilizar estratégias de transformação no ensino, para que se possam preparar os docentes para a transformação da realidade educacional, educando para a vida e garantindo os conhecimentos essenciais. Assim torna-se primordial a criação de novas estratégias para que os docentes consigam corresponder às exigências impostas pela educação (DEMO, 1995).

Porém, Ramos (1998) propôs mudanças no sistema educativo, pressupõe situar-se na realidade socioeconômica e cultural, considerando que a educação está relacionada a determinado momento histórico. Os educadores trazem intrinsecamente a herança de um sistema repressor, cuja finalidade era reproduzir a ideologia imposta pela minoria, assim como a formação de mão de obra, proposta pela educação tecnicista. Desta maneira, os docentes são consequência de uma educação arcaica, que propunha a reprodução de conhecimentos desconexos com a realidade.

Por isso, os educadores enfrentam grandes dificuldades para formar cidadãos atuantes na sociedade contemporânea. Entretanto, como estes irão educar para cidadania quando se sabe que: “o professor não poderia ser agente dela, sem ser, ele mesmo cidadão.” (DEMO, 1995, p. 87).

Esta realidade é crucial, pois o professor é o principal canal que deve auxiliar tanto os educandos a construir seus conhecimentos como transformar a realidade. Porém, como educar para autonomia, se os próprios docentes não conseguem resolver questões básicas, tais como valorização profissional, remuneração adequada e má formação de origem. Assim, “Nenhum aluno poderia em tese e por direito, ter seu aproveitamento prejudicado pela incompetência do professor” (DEMO, 1995, p. 88).

Para Ramos (1998) passar de um processo de transmissão para transformação, exige rupturas, abertura para novos paradigmas para que se

possa ressignificar os conhecimentos, para que seja viabilizada a criação de saberes integrados com a realidade. Para atingir esses patamares, faz-se necessário, além da compreensão do processo, o comprometimento e a flexibilidade.

O professor não poderá ser o transmissor do saber, pois este não pode mais deter o monopólio da palavra. Contudo, certamente, não há receita para a atividade docente, porém esta deve ser exercida com reflexão e interesse e deve proporcionar crescimento a seus educandos, respeitando as diferenças. Entre outras habilidades, Perrenoud (2000, p. 14) afirma que os docentes devem estar preparados para:

... colocar as crianças no centro da ação pedagógica, recorrer aos métodos ativos, aos procedimentos de projeto ao trabalho por problemas abertos e por situações-problemas, desenvolver as competências e a transferência de conhecimento, educar para a cidadania.

Com essas afirmações é certo que a escola deve formar sujeitos históricos capazes de autoconstrução, capazes de intervir na realidade com criatividade. “Nesta realidade, os docentes deverão construir conhecimentos, pois estes precisam aprender a aprender para tornarem-se sujeitos participativos a fim de que possa auxiliar seus discentes, o que pressupõe: saber pensar, informar-se e refazer todo dia a informação, questionar” (DEMO, 1995, p. 89).

Entretanto, para que os profissionais da área da educação alcancem esses patamares, devem receber a atenção devida, uma remuneração digna e a formação adequada, pois uma profissão tão estratégica para o desenvolvimento merece receber o apoio da sociedade, sendo cobrados pela competência e correspondendo às expectativas.

Não há aprendizagem significativa se não houver organização e seriedade nas novas tecnologias na educação. Cabe aos docentes conhecer e utilizar as novas ferramentas pedagógicas para estimular os alunos, dinamizar o conteúdo e fomentar a autonomia e a criatividade. Há desvantagens quando não existem organização e capacitação dos profissionais envolvidos, assim formando alunos desestimulados e sem senso crítico (DEMO, 1995).

Segundo Ramos (1998) à medida que o sistema educacional se utiliza das tecnologias no processo ensino aprendizagem, há uma diminuição da exclusão digital e a educação ultrapassa as paredes da sala de aula. Os especialistas costumam estar de acordo que o computador contribui com relevância à sala de aula, mas tudo depende de como se faz o uso da tecnologia, nesse contexto a postura do docente muda, ele precisa ser instruído a ser mediador dessas novas tecnologias.

Como citado anteriormente, há instituições de ensino com resistência as inovações educacionais, apresentando uma postura tradicional. Apesar das resistências, há comunidades escolares abertas às mudanças, porém o que falta, na realidade, são as condições financeiras, capacitação de profissionais, equipamentos e espaço adequado (RAMOS, 1998).

Com relação à capacitação profissional, Demo (1995) ressalta que o professor tem o papel de se tornar um facilitador do processo de aprendizagem do aluno, por meio de indagações que desequilibram as certezas inadequadas e que propiciam a busca de alternativas para encontrar a solução mais apropriada ao problema e ao estilo individual de pensamento.

É fato que se faz necessário a capacitação dos professores para a implantação dessas novas tecnologias, pois é comum o professor desenvolver em sala de aula uma prática tradicional, e em outro momento utilizar os recursos tecnológicos, como uma ferramenta de apoio na aula. São atitudes que revelam a integração das mídias na prática pedagógica (DEMO, 1995).

Para que os professores se preparem para o uso das alternativas tecnológicas e atuais de planejamento, devem preparar-se através de formação continuada. Pozo (2001) afirma que a sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento registra que “a informatização do conhecimento tornou muito mais acessíveis todos os saberes”, nesse sentido, é necessário que seja facultado ao educando o acesso às tecnologias, a fim de cumprir efetivamente o papel social da escola. Segundo Perrenoud (2000, p. 128):

... formar para as novas tecnologias é formar o julgamento, o senso crítico, o pensamento hipotético e dedutivo, as faculdades de memorizar e classificar, de pesquisa, a imaginação, a capacidade de memorizar e classificar, a leitura e a análise de textos e de imagens,

a representação de redes, de procedimentos e de estratégias de comunicação.

Vivenciar uma educação a qual durante anos o professor desenvolveu a sua prática pedagógica de forma prioritária, dando aula, passando conteúdo no quadro, corrigindo provas e exercícios dos alunos. Este cenário já está sendo alterado com a presença de computadores internet, vídeo, projetores, câmeras entre outros recursos tecnológicos nas escolas. Novas propostas pedagógicas vêm sendo discutidas e disseminadas, de modo a enfatizar novos métodos para aprendizagem, através da interdisciplinaridade, com o objetivo de favorecer e contextualizar o aprendizado do aluno na construção do conhecimento.

A formação continuada auxilia o professor a refletir sobre as suas práticas pedagógicas, a problematizar e diagnosticar as indiferenças que envolvem a educação e lhe dar mais segurança ao tomar decisões.

## **4 A ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTO JOÃO CORRÊA**

Em pesquisa realizada junto a Escola Estadual de Ensino Fundamental João Corrêa, há a seguinte realidade:

a) A existência de uma sala de informática com vinte e sete computadores, com acesso a internet, sendo que três computadores estão em manutenção.

b) Há quatrocentos e oitenta e sete alunos, vinte e três professores, duas merendeiras, duas serventes.

c) Funcionamento da mesma em dois turnos, atendendo alunos do primeiro ao nono ano do ensino fundamental.

d) A utilização do laboratório de informática por cada turma de alunos e feita junto com o professor, conforme agendamento com a professora coordenadora, de modo que cada turma possa freqüentá-lo uma hora aula por semana.

e) Há falta de um profissional específico na área de informática, de forma que o laboratório não pode ser usado fora do horário agendado pelo professor. Esse fato é lamentável, independente do esforço da direção e sua equipe pedagógica, a escola depende de investimento do poder público, remanejamento de profissionais, investimento em estudos profissionalizantes e gratuitos, incentivos salariais e realização de concursos públicos.

### **4.1 Reflexões dos dados do estudo de caso na Escola Estadual João Correa – Canela RS**

Em pesquisa realizada com professores na Escola João Corrêa, observou-se que nem todos utilizam a sala de informática em suas aulas com os alunos. Apesar de terem computador em casa, citaram faltar treinamento adequado na escola e também um profissional específico na área de informática.

Na pesquisa, comentaram a importância do uso da informática nos dias atuais e que não se pode esquecer que a informática é uma prática constante na vida de nossos alunos e já faz parte da rotina do dia a dia das famílias.

Os professores observaram a importância de atualizarem-se, reverem suas práticas pedagógicas e buscarem novos caminhos. Conforme pesquisa com os alunos da Escola João Corrêa, todos responderam de forma positiva a importância da informática para o seu desenvolvimento educacional como base na formação profissional. Nem todos os educandos têm acesso à informatização em suas casas, 15% dos alunos afirmou utilizar o computador apenas na escola ou em *lan houses*.

Foi possível observar durante esta pesquisa, que há várias situações problemas que dificultam a utilização desses meios tecnológicos na escola o que deixa docentes e discentes descontentes, como: a falta de um profissional capacitado, queda de sinal da internet, tempo escasso de utilização, falta de capacitação dos professores no planejamento das disciplinas que se integram o uso de computadores, programas inadequados, poucos computadores e disponibilidade de tempo para manuseio.

No que se refere à limitação da utilização da informática, 73 alunos em resposta ao questionário, afirmaram que são os pais que os limitam, 15 afirmaram ser os professores, 33 responderam ser pais e professores, 15 alunos apontaram outros.

A limitação quanto ao acesso aos meios de informação, assim como o tempo de utilização, é uma questão polêmica entre pais e filhos, professores e alunos. Pois são duas partes que se preocupam com a saúde, educação, formação e o crescimento do educando.

Na pesquisa realizada, 51 alunos afirmaram utilizar o computador por mais de duas horas diárias, 55 alunos são limitados em uma hora diária e 27 alunos não afirmaram o tempo de utilização. Sabemos que passar várias horas em frente ao computador nos causa vários prejuízos à saúde.

Para evitar as situações acima apontadas, pais e professores devem estar atentos e limitar o tempo do educando. Orientá-lo para que realize pausas, faça alongamento, faça uma caminhada, relaxe. Segundo os médicos, a realização de pausas e o relaxamento são maneiras de prevenir algumas doenças como o famoso LER (Lesão por Esforço Repetitivo).

Os resultados apontaram claramente que os alunos aprovam a importância do uso do laboratório de informática, assim como seus equipamentos, tornando-o essencial para o desempenho e melhoria em sua



aprendizagem. Demonstraram o descontentamento no que se refere ao serviço e ferramentas apresentados pela instituição de ensino.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental João Corrêa, na qual foi realizadas esta pesquisa, a direção é eleita de forma democrática. É uma escola que funciona em dois turnos, atendendo 487 alunos do primeiro ao nono ano, contando com 23 professores e quatro funcionários. A referida escola está situada na Rua Paul Harris, centro do município de Canela (RS).

A equipe pedagógica da escola é formada pela diretora, duas vice-diretoras, orientadora e supervisora escolar.

No que se refere ao suporte tecnológico, a escola conta com a disponibilidade de quatro computadores no setor administrativo, 20 computadores na sala de informática, televisão, vídeo cassete, aparelho de som e data show.

Segundo a direção, os equipamentos da sala de informática são utilizados pela maioria dos professores em suas aulas, uma vez por semana. Os softwares utilizados foram fornecidos juntamente com os computadores, que foram doados pelo governo federal.

Durante a pesquisa, a diretora ressalta a importância de haver um profissional especializado na área de informatização, para melhor explorar e desenvolver atividades adequadas na sala de informática.

Percebe-se o anseio da direção em modificar, ampliar e desenvolver significativamente a aprendizagem em prol da educação do aluno, porém, esta fica atrelada às decisões governamentais e a falta de recursos existentes no sistema educacional, entre outros. Cabe salientar a importância da participação dos professores, pais e responsáveis e os alunos na tomada de decisões e atividades que dizem respeito às ações e objetivos da escola.

Com esta participação, torna-se mais fácil a aproximação com a realidade, beneficiando o trabalho educativo, revertendo na qualidade da educação e da própria vida, gerando uma nova consciência cidadã e solidária.

O ser humano é um ser sociável por natureza e somente vivendo comunitariamente consegue realizar sua tarefa pessoal. O que nos indica, em toda a sua amplitude, que a tarefa fundamental do homem consiste em poder existir em comunidade, em saber conviver, aprender com o outro, trocar experiências, em construir sua autonomia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constantemente, os meios de comunicação fazem referências sobre o uso indevido da internet, redes sociais, acessos que causam prejuízos morais as pessoas, adolescentes que se envolvem em situações desagradáveis, envolvendo suas famílias, entre outras. A questão saúde muito debatida por médicos de áreas diversas: são problemas posturais, oftalmológicos, neurológicos, psicológicos, sem contar com o sedentarismo, que surgem devido ao uso inadequado destes meios.

É importante salientar que os meios de informatização vieram para nos auxiliar, desmistificar, facilitar nosso trabalho, aprimorar nossos conhecimentos assim como muitas máquinas inventadas pelo homem, basta usá-las de forma correta e limitada.

As políticas Públicas de educação têm dado bastante ênfase, ao longo dos últimos anos, à necessidade de informatizar as escolas e modificar práticas de ensino, basta que os nossos governantes e as pessoas envolvidas no processo ensino-aprendizagem, disponibilizem meios adequados e fortaleçam a educação em nosso país.

Nos processos de inovação nas instituições escolares, vêm ocorrendo a mudança de paradigma de administração para gestão. Administrar, dirigir a escola implica numa postura reativa (algo acontece, reage-se a ele), já, Gestionar exige pro ação (implica planejar, prever, antever).

O conceito de gestão está associado à democratização do ensino, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação, mediante compromisso coletivo, em prol de uma educação significativa.

A expressão “gestão educacional” designa ação dos dirigentes e vem substituir a “administração educacional”, para então representar não apenas novas idéias, mas um novo paradigma, que visa estabelecer na instituição uma orientação transformadora, que busque a dinamização de relações.

A gestão não se propõe a depreciar a administração, mas em superar suas limitações e redimensioná-las, no contexto da concepção de mundo, realidade e sua superação.

Esta concepção de administração escolar, gestão democrática, encaminha o estabelecimento de ensino à autonomia, possibilitando a distribuição de recursos, segundo a realidade na escola, a clientela e as necessidades locais. Tais recursos poderão ser definidos em nível de escola ou a partir da criação de estruturas especiais, comitês de pais, responsáveis, alunos e professores, os quais se pronunciarão sobre aspectos ou necessidade nos programas educativos. Convém desenvolver processos que definam o papel dos diferentes atores, favorecendo a cooperação entre cada membro do comitê e, conseqüentemente, o diálogo com a comunidade local. Este procedimento favorece a uma aprendizagem democrática e, ao mesmo tempo, favorece a autonomia da escola, estimulando inovações, que possibilitem a construção de um caminho que rume para uma educação de qualidade, estruturando projetos pedagógicos voltados para a realidade institucional e conseqüentemente o redirecionamento das práticas pedagógicas de maneira a torná-las mais significativas.

Afirmo a importância de se estar atentos às inovações tecnológicas que surgem como novas estratégias e nos conduzem a novos paradigmas educacionais. A educação é, inevitavelmente, valorativa, de suma importância para que o indivíduo se desenvolva e promova transformações, até alcançar o que deve ou deseja ser, até estar de posse dos saberes necessários ao convívio na sociedade. Este deve dominar as novas tecnologias, atual leituras de mundo são necessárias, mudanças na forma de pensar e agir. Os educadores são grandes responsáveis, educar é muito mais do que transmitir conhecimentos; é duvidar do conhecimento, é questionar o processo de produção, é levar os alunos a serem caminantes nas trajetórias do próprio ser, do querer saber, do sentir. Educar é uma aventura, é expandir o mundo das idéias aos alunos e transformá-los em eternos aprendizes, exploradores de si mesmos e do mundo ao seu redor.

É preciso que o professor tenha muito mais do que competência, é preciso ser reflexivo, estar consciente da necessidade de uma formação continuada, inovadora, ser participativo, democrático, motivador das relações família, escola, comunidade, enfim, ser comprometido com sua integralidade e com a formação integral de seu aluno. Por sua vez a escola desempenha um papel de suma importância, ofereça oportunidades que efetivem o

desenvolvimento de capacidade e competência a educandos e educadores com objetivos comuns no desenvolvimento de suas aprendizagens. O futuro somos todos nós, para tanto devemos estar atentos aos novos desafios e sermos seus mentores, não esquecendo as oportunidades que poderão surgir, assim como as dificuldades.

O ser humano com seus erros e acertos é quem promove alavancar e modificar as situações atuais, esse fator por ser totalmente imprevisível é o maior desafio das mudanças recentes em todos os aspectos atuais. Assim, acreditando na necessidade de mudanças e confiando no potencial dos professores, é que se tornará possível a transformação da educação, a fim de que, haja uma formação voltada para a vida.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9394/96. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BUSQUETS, M. D. et al. **Temas transversais em educação, bases para uma formação integral**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1999 198p.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTRO, C. M. **O computador na escola**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CHRISTENSEN, C. M. **Inovação na sala de aula**. Bookman; Porto Alegre, 2012.

COLL, C. **Psicologia e currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar**. São Paulo: Ática, 1996, 199 p.

CYSNEIROS, P. G. **Novas tecnologias na educação**. Texto em Construção – Recife. 1998.

DAVIDIA, V. **A construção do conceito de transversalidade**. Porto Alegre, maio/julho 1998, p. 52-53.

DEMO, P. **Avaliação Qualitativa**: São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **Desafios modernos da educação**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1995, 272p.

\_\_\_\_\_. **A nova LDB: ranços e avanços**. Campinas: Papirus, 1999, 111p.

\_\_\_\_\_. **Conhecer a aprender: sabedoria dos limites e desafios**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000, 152 p.

DOLL Jr.; WILLIAM, E. **Currículo: uma perspectiva pós-moderna**. Porto Alegre: Artes médicas, 1997, 224p.

FERRETTI, C. J. **Novas tecnologias, trabalho e educação**. São Paulo: Vozes, 1994.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez 1995.

GATES, B. **A estrada do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEMOS, A. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MORAN, J. M. A Integração das tecnologias na Educação. Disponível em: [www.eca.usp.br/prof/moran/integracao.htm](http://www.eca.usp.br/prof/moran/integracao.htm), acessado em 14 de setembro de 2012.

MEC/BIRD. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. **Programa Nacional de Informática na Educação** – Secretária de Educação a Distância. 1996.

PAPERT, S. **A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. 192 p.

RAMOS, R. Y. **Comunidade e escola: o que a transversalidade oferece**. Porto Alegre, n. 10, agosto/outubro, 1999, p. 19-25.

SEF. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. v. 1. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. v. 8. Secretaria de Educação Fundamental Brasília: MEC/SEF, 1997.

TRALDI, L. L. **Currículo: Conceituações e Implicações**. São Paulo: Atlas 1977.